

O Novo Espaço Público: O espaço em rede e a relação entre o emissor e o receptor¹

Mariléa Caetano da Silva ()*

Introdução

Com o surgimento e propagação das redes sociais digitais que os veículos de comunicação tradicionais passaram a utilizar, cada vez mais, como estratégia de aproximação de seu público leitor. Isto ocorreu, porque a internet fixou-se como meio de comunicação mais usado na atualidade, pois, para determinados setores, um dos bens mais valiosos, na contemporaneidade, é a informação. Assim, esse mundo conectado acarreta mudanças não só na maneira das pessoas se comunicarem, como também, na forma de anunciar, adquirir e vender bens materiais.

Sendo assim, de acordo com Castells, a Sociedade Mundial de Informação cria um ciclo de:

realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. Consequentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem (CASTELLS, 2000, p. 50-51).

Com isso, o sociólogo alerta que é preciso observar, cuidadosamente, o uso das tecnologias na disseminação da informação para não tratá-las como uma revolução libertadora. Desse modo, o uso adequado torna-se tão ou mais importante do que somente estar presente nas redes sociais, pois a internet oferece uma gama diversificada de interatividade e dinamismo entre as empresas e seu público.

¹ O presente artigo consiste em uma parte da pesquisa desenvolvida na pós-graduação *lato sensu* em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro – Faeterj-Rio/Faetec, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Bitencourt da Silva.

(*) Especialista em Língua Latina pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e em Licenciatura em Letras Português, Grego Clássico pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – Seeduc.

Portanto, é por meio da expansão tecnológica que a sociedade adquire cada vez mais novos hábitos como, por exemplo, a forma de acessar a informação, pois atualmente são vários os meios de comunicação informativos, tais como: televisão, revistas e jornais, rádio e internet. No entanto, este último por causa do seu formato interativo com textos, áudios e vídeos, todos reunidos em um só lugar, disponível vinte e quatro horas por dia e podendo conectar-se quando e onde quiser para se informar, pesquisar ou interagir com outras de qualquer lugar do mundo, tornou-se o preferido da sociedade.

O presente estudo tem por objetivo discutir, brevemente, os conceitos de espaço público, espaço em rede – considerando o relato de Castells (2013, p. 16) sobre o: “novo espaço público, o espaço em rede” – as definições de comunicação fundamentadas no modelo considerado clássico de comunicação. Com isso, será possível observar como se dá a relação entre o emissor e receptor do fluxo jornalístico praticado dentro do espaço em rede.

O espaço público

Segundo o arquiteto e urbanista Luiz Guilherme Rivera de Castro² (2013) o significado de espaço público pode ser visto de duas formas: no singular, o termo faz referência à esfera pública, ao domínio dos processos propriamente políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem nas sociedades contemporâneas. Nos ambientes das cidades, na mídia ou na internet, será a esfera da cidadania e da expressão política das forças sociais, inclusive daquelas que pretendem a despolitização das relações humanas. No entanto, no plural o vocábulo "espaços públicos" abrange os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques.

Além disso, de acordo com o urbanista, são bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos, mas também de festas e celebrações. Com isso, esses dois sentidos se atravessam e, mais, não podem ser tomados fora de suas articulações ao domínio privado - o qual inclui pessoas, famílias, grupos, empresas, corporações.

Para o arquiteto, os limites, estrutura, forma e função desses espaços formam partes de agenciamentos complexos e dinâmicos, que se diferenciam conforme países e

² Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

culturas. Entretanto, torna-se um desafio, para os arquitetos e urbanistas, expressar tal complexidade de modo crítico, não reduutivo, empenhado e por vezes insurgente, apontando outras práticas possíveis.

Percebendo o espaço público como um local de interação social, a sua existência faz-se imprescindível para as sociedades e para as cidades. Como relata Castells (2013, p. 11): “Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais.”

De acordo com Daroda (2013, p. 17), o espaço público é um elemento inseparável do espaço urbano, o qual associado à arquitetura, à natureza, às ruas, praças, parques, entre outros componentes, formam uma parte real da imagem da cidade. Desse modo, o ambiente edificado público no espaço urbano representa a cultura, a economia e os valores de um dado lugar, tornando-se, assim, parte da identidade e imagem urbana.

Na Grécia Antiga, os gregos reuniam-se nas praças públicas, as quais eram nomeadas de *Ágora* (*ἀγορά*), que em grego significa assembleia ou local de reunião, origina-se do verbo *ἀγείρω*³, reunir. E, eram nessas praças que os cidadãos⁴ debatiam os assuntos que envolviam a vida da cidade (*πόλις*).

Nas assembleias que ocorriam na *Ágora* os gregos discutiam sobre temas relacionados à justiça, leis, obras públicas, cultura. Também, aconteciam negociações, comércio de mercadorias, acordos econômicos, eventos religiosos, etc. Portanto, pode-se dizer que a *Ágora* era o espaço público por excelência, onde a vida social, a cultura e a política estavam em constante ebulição.

No entanto, tal sistema tornou-se restrito, pois somente uma minoria era considerada cidadão com direitos políticos nas *ágoras*. Sendo estes, apenas os homens adultos filhos de pai e mãe atenienses. Ou seja, mulheres, estrangeiros, crianças e escravos não tinham direito de participar da vida política da *pólis*.

Segundo Daroda (2012, p. 17), o espaço público é percebido, ao longo dos séculos, por meio da estrutura existente no momento e com os interesses predominantes

³ Cf. *Revista Ágora*. Disponível em: <http://fatej.edu.br/revista-agora/>. Acesso em 20 de outubro de 2015

⁴ Apenas eram considerados cidadãos portadores de “direito à cidadania”, à participação deliberativa, falar em público e com direito a votar nas assembleias, aqueles que detinham poderes públicos, que fossem completamente livres, ter dezoito anos ser filho de pai e mãe cidadãos. Portanto, ser cidadão grego, poder votar e ter direito a uma participação direta e ativa nas Cidades-Estado atenienses era um privilégio exercido por poucos (Costa, 2003, p. 101).

nessa estrutura. Sendo assim, de forma recorrente o espaço estaria sempre relacionado a três elementos: configuração espacial, poder e relações sociais.

Portanto, são nos espaços livres da cidade que acontecem integração entre os sujeitos, operando como ambientes de encontro e um canal de comunicação social. Assim, os espaços públicos, normalmente, possibilitam ao cidadão desfrutar da sua cidade por meio da socialização, lazer e das manifestações da vida urbana.

O espaço em rede

A evolução tecnológica está cada vez mais acelerada, propiciando, assim, transformações tanto na área científica como na sociedade, de um ponto de vista geral. Esse ritmo acelerado teve início a partir dos anos 1990, por causa da popularização da rede mundial de computadores. Desde então, são várias as possibilidades oferecidas pela comunicação feita através das novas tecnologias de informação e comunicação, tais como: o aumento da distribuição dos canais de expressão e visibilidade pública, que contribuem para que apareçam novos espaços públicos de renovação e contestação democrática do poder.

Dessa forma, a chamada Sociedade da Informação contribui para que uma das armas mais importantes de poder, a informação, se globalize. Segundo Marcuschi (2002, p. 19) estamos presenciando uma explosão de formas de comunicação e interação com o advento da internet. Portanto, a internet, como um meio de comunicação, com características interativas e cooperativas, tornou-se também mais um meio de estímulo para a constituição/representação social dos sujeitos, que mesmo distantes geograficamente, reúnem-se para discutir sobre as possíveis mudanças sociais.

Tais facilidades ajudam a desenvolver uma forma de diminuir os abismos que os separam, além de estabelecerem, através do debate público, uma consciência política e deliberativa. Com isso, formulam e circulam sentidos. Segundo Orlandi (2001, p. 12): “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc).”

Desse modo, o crescente uso das tecnologias da informação provoca mudanças em diferentes áreas, como, por exemplo, nas formas de produção do jornalismo, que contribui para a inversão do lugar dos interlocutores do discurso, propiciando ao receptor uma maior mobilidade. Antes havia um jornalismo que dominava a comunicação com posições consideradas fixas e bem definidas dos papéis entre o

emissor (aquele que transmite a informação), e o receptor (aquele que recebe a informação).

Ramonet (2013, p. 86-87), denomina esse modelo mecanicista⁵ de “meios sol”: “pois eram como sóis únicos em nossa galáxia que iluminavam, ilustravam ou domesticavam os cidadãos”. Em seguida, o sociólogo nomeia de “meios-polvo”: os cidadãos, que com um simples telefone inteligente, um notebook ou um *iPad*, podem enviar mensagens, corrigir informações dadas pelos meios de comunicação centrais ou completá-las com imagens, textos, vídeos. A nova forma de interação social, originada a partir das facilidades oferecidas pela internet e da disseminação da informação, contribui para a ruptura do paradigma emissor/receptor, alicerçados nessa concepção tradicional de comunicação.

Essas novas possibilidades de comunicação contribuem para desenhar um panorama ainda híbrido, onde formas tradicionais se confrontam ou interagem com as novas formas de se comunicar. Conforme explica Castells:

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS 2013, p. 16).

O *ciberativismo*, portanto, é uma nova modalidade de mobilização e participação política da sociedade em rede, que permite participações mais horizontalizadas em relação aos meios convencionais de comunicação partidária, de participação e representação política. Este novo modelo dá condições aos sujeitos de produzir e veicular informações ao mesmo tempo, conforme Silva (2014, p. 204).

O avanço tecnológico facilita o fluxo das informações, contribuindo, portanto, com a ampliação dos meios de comunicação. De acordo com Manuel Castells:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. (CASTELLS, 2013, p. 11)

⁵ O modelo mecanicista de comunicação consiste em fazer a informação chegar de um pólo a outro, com quase nenhuma intervenção entre eles. Nesse processo o receptor é concebido como um ser passivo e indefeso, sujeito a qualquer tipo de manipulação. Cf. OLIVEIRA, Maria Leoneire C. *O receptor na Internet: dimensões interativas*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/dc9a3a622d96c520dbc9473b197f78cc.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

Segundo Recuero (2009, p.16): “Essa comunicação [na internet], mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador.”

Para Castells (2013, p.7) as redes sociais da internet: “são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder.” Com isso, a participação popular por meio das redes sociais e ativismos digitais colaboram - ou podem colaborar – para o aperfeiçoamento da prática democrática, contribuindo no fortalecimento da concepção de democracia e aprimorando a exigência de liberdade das pessoas.

De acordo com Pierre Levy (2010, p. 33): “O desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas. As comunidades virtuais de base territorial, que são cidades e regiões digitais, criam uma democracia local em rede, mais participativa.” Dessa forma, por meio da internet tem-se, atualmente, um arcabouço mais acessível livre e cooperativo, que aproxima a comunicação com a política.

O conceito de Democracia surgiu na Grécia Antiga, mas apesar de estar relacionada à ideia de direitos, liberdade, envolvendo sempre o interesse da maioria, como mencionamos anteriormente, nem todos participavam das decisões políticas da cidade, como por exemplo, os estrangeiros, as crianças, as mulheres e os escravos. Tornando-se, assim, uma forma limitada de democracia.

Entretanto, na contemporaneidade, a democracia representativa é pautada na concessão do direito de representação e decisões que beneficiem os interesses dos cidadãos. A escolha de representação é feita por meio do voto. Bobbio relata que:

A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2002, p. 56).

No entanto, a credibilidade das instituições representativas, em particular os partidos, passa por questionamentos. As jornadas de junho de 2013 são um exemplo disso, elas trouxeram à tona as limitações desse modelo de representação, Silva (2014, p. 218). Os integrantes das jornadas reivindicavam, entre outras coisas, uma

participação mais ampla dos cidadãos nas deliberações políticas⁶. Para o sociólogo tais apelos sugerem: “a necessidade de aperfeiçoamento das instituições democrático-representativas, contemplando a criação, assim como o acionamento de princípio constitucional já previsto, de mecanismos de participação que transcendam aos limites do voto.”

Uma ferramenta que pode contribuir para uma participação mais efetiva dos cidadãos nas deliberações é o *ciberespaço*, onde é possível perceber que tais ideias podem ser ampliadas. Nele serviços *online* são oferecidos pelo Estado, permitindo ao cidadão participar da gestão pública de maneira mais ativa e, também adquirir informações sobre a mesma. Como relata Vinicius Wu (2012, p 152), ao falar sobre gestão criativa: “A internet e as ferramentas de gestão criativa nos possibilitam imaginar uma inédita e profunda ampliação da transparência e do acesso às informações públicas, propiciando a criação de espaços cada vez mais públicos e menos estatais”.

Na esteira deste pensamento, Pierre Lévy frisa que:

Graças à nova rede de comunicação global, a própria natureza da cidadania democrática passa por uma profunda evolução que, uma vez mais, a encaminha no sentido de um aprofundamento da liberdade: desenvolvimento do ciberativismo à escala mundial (notavelmente ilustrado pelo movimento de antimundialização), organização das cidades e regiões digitais em comunidades inteligentes, em ágoras virtuais, governos eletrônicos cada vez mais transparentes ao serviço dos cidadãos e voto eletrônico (LÉVY, 2002, p. 30).

Segundo os estudos de Marshal McLuhan (1962), a invenção da prensa móvel de Gutenberg causou transformações na civilização Ocidental. Pois, tal adesão tecnológica promoveu modificações sociais, políticas e econômicas, porque até o surgimento do livro impresso a educação ainda era totalmente oral. Com isso, “gera um novo mundo no qual as comunicações causam impacto nas categorias de tempo e espaço, e modificam as relações sociais dentro da sociedade” (RUDIGER, 2004, *apud* SILVA, 2011, p. 36).

McLuhan já imaginava uma mudança de comportamento mediante as novas tecnologias que, começavam a despontar nos anos de 1960. Ele assinalou que: “a nova interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global”. Diante disso, podemos, portanto, interpretar como uma representação de um mundo interconectado, onde não há distâncias e todos os indivíduos estão conectados (Silva, 2011, p. 36). Em seguida, o educador relata que:

⁶ Cf. Bobbio, 2002, p. 57.

Nossa nova cultura da era de eletricidade volta a dar base tribal a nossas vidas. (...) Ao invés de transformar-se em uma vasta biblioteca alexandrina, o mundo converteu-se num computador, num cérebro eletrônico, exatamente como numa peça infantil de ficção científica (MACLUHAN,1972, p.50).

Sendo assim, pode-se conjecturar que é a ideia de aldeia global de McLuhan, que recebe hoje em dia novo fôlego, e força diante das transformações originadas pelo uso da internet, e como ela cria uma nova cultura tecnológica, um novo ambiente de sociabilidade e interação, o *ciberespaço* (Silva 2011, p. 36).

O surgimento do espaço em rede possibilita uma nova forma de conversação “livre de amarras geográficas”, que pode ser acionada tanto para tratar de questões locais como para discutir temas considerados de importância global.

Comunicação e autocomunicação

De acordo com o registro do dicionário Houaiss, o vocábulo comunicação recebe várias definições, as quais seguirão a área que ele representará. Em primeiro lugar, é dito que é um substantivo feminino, definido como:

Ato ou efeito de comunicar(-se) 1 ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente, receber outra mensagem como resposta (...) 1.1 COMN processo que envolve a transmissão e a recepção da mensagem entre uma base emissora e um destinatário receptor, no qual as informações transmitidas por intermédio de recursos físicos (fala, audição, visão etc.) ou de aparelhos e dispositivos técnicos, são codificadas na fonte e decodificadas no destino com o uso de sistemas convencionados de signos ou símbolos sonoros, escritos, iconográficos, gestuais etc. (HOUAISS, 2009).

Dessa forma, Houaiss define comunicações como: substantivo feminino plural, conjunto dos meios técnicos de comunicação; telecomunicações (...); e a comunicação de massa será abordada, pelo referido dicionário, como pertencente aos meios de comunicações, registrada como:

Forma de comunicação dirigida a um grupo de pessoas numericamente vasto, disperso, heterogêneo e anônimo, e que utiliza, para atingir sua audiência, aparelhos e dispositivos de edição, reprodução, transmissão, distribuição e comercialização das mensagens (HOUAISS, 2009).

Sendo assim, podemos conceber a comunicação como algo fundamental para a convivência em sociedade, pois, essa convivência significa uma constante interação

social entre as pessoas e os meios que as cercam. Contudo, isso só ocorre através das diversificadas formas de comunicação.

A comunicação, para Castells (2013, p. 11), ocorre de maneira socializada como componente indispensável do processo de construção do significado: “A constituição de redes é operada pelo ato de comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informação.” O sociólogo relata que, com o uso da internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital, houve uma mudança fundamental no campo da comunicação, a qual classifica de *autocomunicação*:

É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. (...) A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, p. 12).

Segundo Castells (2013, p.7-8), as redes sociais são formadas a partir do compartilhamento de dores e esperança: “no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais.” O sociólogo ainda afirma que:

A questão fundamental é que este novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p. 16).

Em consonância com o exposto, Dênis Moraes (2009, p. 231) diz reconhecer que: “a Internet se apresenta como mais uma arena de lutas e disputas pela hegemonia no interior da sociedade civil.” Ele concentra seus estudos nas *webmídias* e redes mostrando que as mesmas têm por objetivo: “construir uma ordem social fundada na partilha equânime das riquezas, nos direitos da cidadania e na diversidade cultural.” Para tanto, promovem debates com a intenção de: “elevantar a consciência sobre o mundo vivido e trazer ao debate possibilidades de transformação.”

Portanto, os *ciberativistas* têm o pleno conhecimento das potencialidades da rede para a propagação de ideias e, até mesmo, realização de mudanças por meio de movimentos promovidos nas redes sociais.

Em uma sociedade em rede, na qual o poder encontra-se multifacetado, as redes de comunicação tornam-se imprescindíveis para a constituição do poder. Desse modo, as diferentes redes de poder (financeira, multimídia, política, produção cultural etc.) que caracterizam o cenário da sociedade em rede se interconectam, apesar de preservarem sua esfera de ação, através da alternância de poder – tal mecanismo torna-se, assim, fundamental para construção do poder da sociedade em rede.

O emissor e o receptor

As definições de comunicação mostradas anteriormente estão pautadas em um modelo clássico e comum de comunicação, o qual pressupõem os seguintes elementos: EMISSOR → MENSAGEM → RECEPTOR. Emissor: é aquele que emite a mensagem. Pode ser uma firma, uma pessoa, um jornal (no caso de editorial) etc. A mensagem é o objeto, o conjunto das informações transmitidas. Quanto ao receptor, a quem se destina a mensagem, trata-se daquele que recebe a mensagem. Também pode ser uma pessoa ou um grupo de pessoas ou uma instituição, etc.

Dessa forma, esse esquema Emissor-Receptor-Mensagem define uma unidade de comunicação. Assim, será possível ter uma comunicação em cadeia, em série (fofoca), ou comunicações simultâneas, em paralelo (entrevista na televisão: uma tem como receptor o entrevistado, outra o telespectador). No entanto, CUMPRE ter sempre em conta qual a unidade de comunicação que está sendo considerada (PEREIRA, 2012 p. 14).

O esquema acima é um entre os vários que existem. Alguns teóricos defendem um esquema com cinco elementos que são: FONTE – TRANSMISSOR – CANAL – RECEPTOR – DESTINATÁRIO/ALVO. Assim, a fonte seria uma pessoa A, o transmissor seu aparelho vocal, o canal o ar que transporta o som da sua voz, o receptor o aparelho auditivo de uma pessoa B e o destinatário ou alvo B. Tal modelo destaca mais o aspecto material da comunicação. Desse modo, ele oculta a mensagem, que é o elemento-chave da comunicação (PEREIRA 2012, p. 14).

Contudo, esse modelo transmissionista (emissor → mensagem → canal → receptor), que era tratado por muitos como o modelo natural da comunicação de massa, recebeu roupa e maquiagem cibernéticas. Sendo assim, o fluxo jornalista → notícia → jornal → leitor, por exemplo, renova-se criando um novo esquema, que se estrutura da seguinte forma: jornalista → notícia → site → “usuário”, mas ainda mantém a lógica

distribucionista anterior. É verdade, porém, que escrita e leitura tornam-se hipertextuais, o que em si já altera o processo interativo (PRIMO, TRASEL, 2006, p. 2).

Jornais, revistas, televisão, cinema, rádio e recentemente a internet são os integrantes do que convencionalmente denominou-se de comunicação de massa. Esta, por sua vez, é assim classificada por transmitir a ideia de difusão de mensagens para o maior número de pessoas ao mesmo tempo deslocando-se de um único emissor.

Desse modo, o emissor da comunicação de massa, alicerçado no modelo mecanicista, age de forma solitária, pois a mensagem parte de um único emissor para inúmeros receptores, o que torna o envio da mensagem mais ágil, fácil e amplo. De acordo com Castells:

Não obstante, a comunicação de massas costuma ser predominantemente unidirecional. No entanto, com a difusão da Internet, emergiu uma nova forma de comunicação interativa caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos a muitos em tempo real. (...) A esta nova forma histórica de comunicação a chamo de *autocomunicação de massas* (CASTELLS, 2009, p. 88).

No entanto, com o advento da internet, que também colabora para a mudança desse cenário mecanicista, dando lugar a uma nova forma de interação social⁷, na qual o emissor e receptor não são mais vistos como partes isoladas da comunicação. Diante disso, observa-se que a socialização da informação no *ciberespaço* ajuda na descentralização do emissor.

Considerações finais

Com o desenvolvimento e a intensificação das tecnologias também cresceram as possibilidades de novas formas de ação para ocupação do espaço em rede. É notória a facilidade que a internet propiciou para a organização e formação dos meios de comunicação nos últimos anos. As redes sociais contribuem para que o cidadão tenha a sua disposição ferramentas efetivas de interação social em várias esferas.

Desse modo, através do estudo, ainda inicial, aqui apresentado, observou-se que por meio da comunicação socializada e propagada no *ciberespaço*, que a sociedade está não só participando e produzindo um novo espaço público como também colaborando

⁷ Cf. OLIVEIRA, Maria Leoneire C. *O receptor na Internet: dimensões interativas*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/dc9a3a622d96c520dbc9473b197f78cc.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

para a descentralização do emissor do fluxo jornalístico. Assim, tal mudança possibilita a troca de posição entre o emissor e receptor, na qual o receptor poderá assumir o lugar do emissor ao contestar, debater ou completar uma publicação jornalística *on-line*.

Referências

- BOBBIO, Noberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARLÓN, M. e NETO, A. F. (orgs.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujía, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *Comunicación y poder*. Madri: Alianza Editorial, 2009.
- _____. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. *O que é espaço público?* Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.
- DARODA, Raquel Ferreira. *As tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea*. Porto Alegre: – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Dissertação (Mestrado), 2012.
- FONSECA, Carlos Alexandre Martins. *Cartografias do self no facebook*. Universidade de Coimbra, Portugal, Dissertação (Mestrado). Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/.../1/Tese%20Alexandre%20Final.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- GOMES, Paulo C. C. *A condição urbana – Ensaio de Geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MACLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, A. P. MACHADO, A. R. BEZERRA, M. A. (orgs.), *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

- MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009, p. 230-261.
- PEREIRA, José Haroldo. *Curso básico de teoria da comunicação*. Rio de Janeiro. Quartet, 6ª ed., 2012.
- PRIMO, A. F. T; TRÄSEL, M. R. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. *Contracampo* (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Leoneire C. *O receptor na Internet: dimensões interativas*. Disponível em : <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/dc9a3a622d96c520dbc9473b197f78cc.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- RAMONET, Ignacio. “A explosão do jornalismo na era digital”. In: MORAIS, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual, *Mídia, poder e contrapoder – da concentração monopólica à democratização*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 85-102.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REVISTA ÁGORA. Disponível em: <<http://fatej.edu.br/revista-agora/>>. Acesso em: 20 de out. 2015.
- SIMÕES, Cícero de Aquino Costa. “Mídia alternativa e grande imprensa: as manifestações de junho na ótica do Brasil de Fato e da Folha de S.Paulo”. Rio de Janeiro: Faeterj-Rio, *Democratizar*, v. VII, n. 2, ago./dez. 2013.
- SILVA, Roberto Bitencourt da. “Mídias sociais e política: os partidos no facebook”. In: *Alceu*, PUC-Rio: Rio de Janeiro, v.14, n.28, jan./jun. 2014, p. 202 a 223.
- SILVA, Sandro Takeshi Munakata da. *Teorias da comunicação nos estudos de relações públicas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2011.
- WU, Vinicius. “Cidadania e participação política no século XXI”. In: COCCO, Giuseppe & ALBSGLI, Sarita (orgs.), *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 151-156.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir, brevemente, os conceitos de espaço público, espaço em rede – considerando o relato de Castells (2013, p. 16) sobre o: “novo espaço público, o espaço em rede” – as definições de comunicação fundamentadas no modelo considerado clássico de comunicação. Com isso, será possível observar como se dá a relação entre o emissor e receptor do fluxo jornalístico praticado dentro do espaço em rede.

Palavras-chave: espaço em rede; comunicação; emissor; receptor.

Abstract: This article aims to discuss briefly the concepts of public space, network space – considering the report of Castells (2013, p.16) on the "new public space,

network space" – settings communication based on the model considered classic communication. Thus, it will be possible to observe how the relationship between the sender and receiver newspaper stream practiced within the network space.

Keywords: network space; communication; transmitter; receptor.

Recebido em: 03/04/2016.

Aceito em: 29/05/2016.